

## ACORDO DE PARIS: ENERGIA

### INFORME SETORIAL

#### Recomeçando

#### O Estado de S. Paulo

#### Albert Fishlow

#### **ECONOMISTA E CIENTISTA POLÍTICO, PROFESSOR EMÉRITO NAS UNIVERSIDADES DE COLUMBIA E DA CALIFÓRNIA EM BERKELEY**

Hoje, depois de muita preparação, o Estadão inaugura seu novo formato. Isso é o que há de notícia boa. Do outro lado da moeda, estão os temores de uma inflação global mais generalizada à medida que os preços do petróleo e do gás continuam a subir. O Oriente Médio continua sendo um caldeirão, com o Líbano voltando agora à guerra religiosa, Israel avançando para reativar a construção de casas na parte palestina de Jerusalém e nenhum progresso nas negociações nucleares com o Irã. Nem as discussões dos EUA com a China mostram avanço.

Com as reuniões de Glasgow sobre mudanças climáticas prestes a começar em duas semanas, sem a participação de líderes mundiais como Xi Jinping e Vladimir Putin, há uma preocupação justificável com o agravamento das projeções do aquecimento global. Trata-se de um problema cuja solução requer a substituição de carvão, petróleo e gás por fontes de energia renovável como eólica, biomassa (etanol, por exemplo), hidrelétrica e geotérmica. Ao mesmo tempo, a mudança do uso de energia em edifícios, automóveis,

caminhões etc. pode reduzir muito os insumos necessários.

Para ser bem-sucedida, a reação deve ser universal. Assim como um comércio mais livre pode trazer benefícios para todos, a cooperação global pode induzir ganhos tanto para os que contribuem quanto para os que recebem. Prioridades exageradas com a segurança nacional podem justificar a adoção de barreiras que acabam inibindo a cooperação e subsidiando a produção nacional. Uma globalização mais ampla que inclui um número crescente de unidades políticas independentes é fundamental para alcançar o melhor resultado.

Os países serão capazes de fazê-lo?

O Brasil, onde está localizada grande parte da Amazônia, é central para o resultado. É o maior recurso natural do mundo. A política nacional, e sua efetiva aplicação, influenciarão o destino a longo prazo do Acordo de Paris. Agora, após ciclos de degradação, algo da ordem de um quinto da floresta foi destruído. Uma preocupação em particular tem sido o aumento da exploração ilegal de minério e de madeira, bem como o avanço de pastagens e de plantações de soja.

O regime de Bolsonaro tem expressado a preferência pelo controle nacional, dispensando a participação internacional e de ONGs. Como consequência, Alemanha e Noruega interromperam doações de recursos. Agora, em Glasgow, há a necessidade de um compromisso sustentável. Isso vai acontecer? Ou, mais uma vez, não haverá progresso sério. A política brasileira para a Amazônia é central para o resultado do Acordo de Paris.

**Núcleo de Inteligência - Sedet**  
**Edição 255 - Em 15 de outubro de 2021**

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.